



CARAGUATATUBA- SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE
CARAGUATATUBA - SÃO PAULO

Inspetor de Alunos

EDITAL Nº 03/2023

CÓD: SL-074ST-23
7908433242086

Língua Portuguesa

1. Interpretação e compreensão de texto	7
2. Organização estrutural dos textos. Marcas de textualidade: coesão, coerência	9
3. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição e argumentação; características básicas de cada modo....	10
4. Tipos textuais: informativo, publicitário, normativo e didático; características básicas de cada tipo	16
5. Tipologia da frase portuguesa: declarativa, exclamativa, interrogativa e enfática. 6. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases. Organização sintática das frases: ordem direta e inversa.	19
6. Norma culta.	23
7. Pontuação e sinais gráficos	24
8. Tipos de discurso.	26
9. Registros de linguagem.	28
10. Estrutura e formação de palavras.	29
11. Formas de abreviação.	31
12. Classes de palavras: os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições	33
13. OS modalizadores.	41
14. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos. Polissemia e ambiguidade.	42
15. Ortografia.....	43
16. acentuação gráfica.	44
17. A crase	45

Matemática

1. Números inteiros e decimais	53
2. Operações de adição, subtração, multiplicação e divisão.....	54
3. Conceito de fração	55
4. Conjuntos e suas operações	56
5. Álgebra básica.....	60
6. Medidas de comprimento, massa, área, volume e tempo	66
7. Geometria básica: polígonos, ângulos perímetro e área	68
8. Princípios simples de contagem.....	71
9. Problemas de raciocínio envolvendo situações do cotidiano	72

Conhecimentos Específicos Inspetor de Alunos

1. Regras e procedimentos de um ambiente escolar.....	85
2. Regimento escolar	94
3. Inspeção e cuidados com o comportamento dos alunos no ambiente escolar	95

ÍNDICE

4. Cuidados com a segurança do aluno nas dependências da escola	102
5. Noções de primeiros socorros	105
6. Noções de atendimento ao público	109
7. Noções de cuidados e higiene pessoal e no trabalho	125
8. Relações humanas no trabalho.....	126
9. Noções de comunicação	129
10. Ética e cidadania no trabalho.....	137
11. Noções básicas de segurança no trabalho	140
12. Lei nº 8.069 de 13/07/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (Direitos da Criança e do Adolescente – do Art. 1º ao 6º; do 13 ao 18; e do 53 ao 73)	146
13. Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações	149
14. Lei nº 13.146, de 06/07/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)	166
15. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.....	184

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

1º) Decimais exatos: quando dividirmos a fração, o número decimal terá um número finito de algarismos após a vírgula.

$$\frac{1}{2} = 0,5$$

$$\frac{1}{4} = 0,25$$

$$\frac{3}{4} = 0,75$$

2º) Terá um número infinito de algarismos após a vírgula, mas lembrando que a dízima deve ser periódica para ser número racional

OBS: período da dízima são os números que se repetem, se não repetir não é dízima periódica e assim números irracionais, que trataremos mais a frente.

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

$$\frac{35}{99} = 0,353535...$$

$$\frac{105}{9} = 11,6666...$$

OPERAÇÕES DE ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO

Os cálculos desse tipo de problemas, envolvem adições e subtrações, posteriormente as multiplicações e divisões. Depois os problemas são resolvidos com a utilização dos fundamentos algébricos, isto é, criamos equações matemáticas com valores desconhecidos (letras). Observe algumas situações que podem ser descritas com utilização da álgebra.

É bom ter mente algumas situações que podemos encontrar:

O dobro de x $\boxed{2x}$

O triplo de um número $\boxed{3x}$

O dobro de um número adicionado de 4 $\boxed{2x+4}$

Um número adicionado de seu triplo $\boxed{x+3x}$

O quádruplo de a subtraído do sêxtuplo de y $\boxed{5a-6y}$

Exemplos:

(PREF. GUARUJÁ/SP – SEDUC – PROFESSOR DE MATEMÁTICA – CAIPIMES) Sobre 4 amigos, sabe-se que Clodoaldo é 5 centímetros mais alto que Mônica e 10 centímetros mais baixo que Andreia. Sabe-se também que Andreia é 3 centímetros mais alta que Doralice e que Doralice não é mais baixa que Clodoaldo. Se Doralice tem 1,70 metros, então é verdade que Mônica tem, de altura:

- (A) 1,52 metros.
- (B) 1,58 metros.
- (C) 1,54 metros.
- (D) 1,56 metros.

Resolução:

Escrevendo em forma de equações, temos:

$$C = M + 0,05 \text{ (I)}$$

$$C = A - 0,10 \text{ (II)}$$

$$A = D + 0,03 \text{ (III)}$$

D não é mais baixa que C

Se $D = 1,70$, então:

$$\text{(III) } A = 1,70 + 0,03 = 1,73$$

$$\text{(II) } C = 1,73 - 0,10 = 1,63$$

$$\text{(I) } 1,63 = M + 0,05$$

$$M = 1,63 - 0,05 = 1,58 \text{ m}$$

Resposta: B

(CEFET – AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO – CESGRANRIO) Em três meses, Fernando depositou, ao todo, R\$ 1.176,00 em sua caderneta de poupança. Se, no segundo mês, ele depositou R\$ 126,00 a mais do que no primeiro e, no terceiro mês, R\$ 48,00 a menos do que no segundo, qual foi o valor depositado no segundo mês?

- (A) R\$ 498,00
- (B) R\$ 450,00
- (C) R\$ 402,00
- (D) R\$ 334,00
- (E) R\$ 324,00

Resolução:

$$\text{Primeiro mês} = x$$

$$\text{Segundo mês} = x + 126$$

$$\text{Terceiro mês} = x + 126 - 48 = x + 78$$

$$\text{Total} = x + x + 126 + x + 78 = 1176$$

$$3.x = 1176 - 204$$

$$x = 972 / 3$$

$$x = \text{R\$ } 324,00 \text{ (1º mês)}$$

$$\text{* No 2º mês: } 324 + 126 = \text{R\$ } 450,00$$

Resposta: B

(PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO/SP – AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO – VUNESP) Uma loja de materiais elétricos testou um lote com 360 lâmpadas e constatou que a razão entre o número de lâmpadas queimadas e o número de lâmpadas boas era $2 / 7$. Sabendo-se que, acidentalmente, 10 lâmpadas boas quebraram e que lâmpadas queimadas ou quebradas não podem ser vendidas, então a razão entre o número de lâmpadas que não podem ser vendidas e o número de lâmpadas boas passou a ser de

- (A) $1 / 4$.
- (B) $1 / 3$.
- (C) $2 / 5$.
- (D) $1 / 2$.
- (E) $2 / 3$.

As medidas de prevenção podem ser divididas em: primárias, para que o acidente ou violência não ocorram (ou que diminuam a transferência de energia sobre a vítima), como, por exemplo, a colocação de grades nas janelas ou o apoio cervical nos automóveis; secundárias, que envolvem o atendimento à vítima propriamente dita; e, por último, terciárias, que auxiliem as vítimas para que voltem ao seu máximo potencial anterior ao evento traumático (reabilitação).

O primeiro passo para desenvolver estratégias preventivas contra acidentes e violência é a identificação das características de desenvolvimento das vítimas, dos ambientes onde elas vivem e das atividades desenvolvidas no momento do agravo. Para isso, é fundamental o registro completo do incidente, envolvendo a hora, local, características da vítima, como idade e sexo, assim como a descrição das condições em que ocorreu.

Diferentes estratégias podem ser aplicadas para identificar o risco de acidentes/violência: avaliação de prontuários, aplicação de questionários, organização de comissões internas de prevenção de acidentes e violência nas escolas (CIPAVE), fiscalização permanente, entre outras. A identificação de possíveis fatores de risco para acidentes e violências no ambiente escolar tem por objetivo nortear as ações de planejamento e intervenção, visando a redução dos acidentes e violências.

As estratégias de intervenção estão baseadas na educação, na modificação do ambiente e na criação e cumprimento das normas e regulamentos. Percebemos a complexidade do problema quando ele requer a intervenção de diferentes esferas de atuação. Todos devem estar engajados: educadores, médicos, voluntários, governantes, organizações não-governamentais, etc.

A educação garante o acesso às informações necessárias para a valorização e incorporação de hábitos saudáveis (prevenção ativa), além de promover uma cultura de paz, valorizando não só o indivíduo e suas habilidades, mas também o coletivo, capacitando-os a resolverem problemas pessoais e da comunidade. As informações podem ser passadas de forma lúdica, por meio de música, vídeos, jogos, atividades culturais e serviços de saúde.

A modificação do ambiente de modo a torná-lo mais seguro é uma medida de prevenção passiva de forte impacto para redução de acidentes, pois permite maior liberdade da criança, sem intervenção imperiosa dos pais e/ou responsáveis.

A criação e o cumprimento de normas e regulamentos que minimizem o risco de acidentes, tais como o uso obrigatório do cinto de segurança ou a proibição da venda do álcool líquido, vêm a fortalecer as campanhas de prevenção, diminuindo as estatísticas de lesões. Um estudo sobre a frequência de acidentes em equipamentos de *playground* em escolas públicas e parques em Brisbane (Austrália) revelou que brinquedos do tipo trepa-trepa, escada horizontal e escorregador, que seguem padrões dentro das normas de segurança (como a altura de acordo com a idade do público), contribuíram para a redução dos índices de acidentes.

Em 2001, os *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC) estabeleceram e publicaram na revista *Morbidity and Mortality Weekly Report* normas de prevenção de lesões acidentais, violência e suicídios nas escolas, com o objetivo de criar um ambiente que promova segurança e previna lesões nas escolas. Segundo o CDC, a abordagem de prevenção deve ser integrada, agindo em oito diferentes esferas: ambiente social, ambiente físico, educação em saúde, educação física e atividade física extracurricular, serviço

de saúde, respostas a crises, esforço integrado da escola, família e comunidade para prevenir lesões e para a capacitação de funcionários³⁴.

Ambiente social – recomenda-se: (1) incentivar o aluno nas suas aquisições acadêmicas; (2) desenvolver normas sociais que desaprovem o *bullying* e todas as formas de violência; (3) envolver professores, funcionários, alunos, pais e comunidade em todos os aspectos operacionais da escola; (4) designar uma pessoa como responsável pelas atividades de segurança; (5) incentivar o sentimento de “pertencimento” do aluno em relação à escola; (6) estabelecer um clima de relacionamento que demonstre respeito, apoio e cuidado, e que não tolere o *bullying*; e (7) desenvolver e implementar políticas com vistas à prevenção de suicídio, violências e lesões não intencionais, abordando esses temas de maneira transversal durante as atividades escolares, em intervalos periódicos.

Ambiente físico – deve ser o mais seguro possível no que diz respeito ao risco de acidentes. Recomenda-se: (1) designar um responsável pela identificação do risco de acidentes, providenciando mudanças físicas imediatas; (2) supervisionar ambientes que facilitem intimidações e tentar modificá-los, bloqueando acesso, melhorando iluminação, etc.; (3) supervisionar os alunos durante as suas atividades para promover a segurança e prevenir violências e lesões não intencionais; e (4) os meios de transporte, como ônibus escolar, também devem ser periodicamente inspecionados.

Educação em saúde – a saúde deve ser abordada como tema transversal. O aluno deve ser estimulado a adotar estilo de vida seguro e saudável por intermédio de estratégias de ensino e métodos interativos, que envolvam o escolar no aprendizado sobre a prevenção de violências e lesões não intencionais. Recomenda-se também capacitar os educadores e prover meios para as atividades educativas sobre prevenção de violências e lesões não intencionais.

Educação física e atividade física extracurricular – a atividade física, além de promover uma integração maior entre os alunos, possibilita um reforço positivo às práticas de educação em saúde, ao enfatizar regras de segurança durante a atividade, alertando a importância do uso de equipamentos de proteção individual, mudando regras do jogo para minimizar os acidentes, reforçando medidas de primeiros socorros e reforçando proibições quanto ao uso de álcool, drogas e violência em eventos esportivos. Deve-se assegurar a instalação e manutenção de espaços para o desenvolvimento de atividades físicas que evitem acidentes. Os educadores, professores ou treinadores devem ser capacitados para a prevenção de acidentes e conduta em primeiros socorros.

Serviço de saúde – a escola deve oferecer e/ou facilitar o acesso do aluno, familiar e funcionário ao serviço de saúde. Além disso, a escola deve treinar funcionários para identificar alunos que estejam sofrendo perseguições, ou que apresentem chances de desenvolver comportamento de risco, sendo imediatamente referidos a programas e serviços preventivos. Os serviços de saúde devem avaliar a magnitude dos acidentes e violências no ambiente escolar. Recomenda-se o desenvolvimento e implementação de planos de emergência para a avaliação, conduta e referência de alunos ou funcionários em situação de emergência.

Respostas a crises, desastres e acidentes que afetem a comunidade escolar – estabelecer um plano por escrito, como evacuação dos estudantes caso a escola esteja sob risco de algum desastre, além de respostas a curto e longo prazo após a crise.

Tenha o necessário

Não adianta querer organização sem ter aonde colocar material. Por isso, é fundamental que a secretaria escolar possua armários, prateleiras e alguns gaveteiros. Caixas organizadoras e arquivos são excelentes para guardar documentos, de acordo com a necessidade de acesso. O local também precisa de mesas e cadeiras, dispostos de forma a não atrapalhar a circulação.

Setorize

Cores e etiquetas são aliadas na setorização. É importante adotar esse tipo de organização, pois fica bem mais fácil achar os documentos quando estão arquivados por tipo (históricos, relatórios, memorandos, certificados e outros papéis que possam ser requeridos por pais, professores ou gestores). Dentro de cada tipo, estude a melhor forma de arrumá-los: por data ou ordem alfabética.

Atenda bem

O atendimento na secretaria deve ser cordial e prestativo. Os funcionários precisam estar treinados para resolver os problemas que aparecerem, além de saberem discernir o que deve ser encaminhado à direção ou à coordenação pedagógica. Importante também é atender ao telefone. Deixar tocar não é bom para quem liga e nem para quem está junto à secretaria, vendo o descaso dos funcionários com as ligações.

Use a tecnologia

Se você parar para pensar, a secretaria tem mesmo muito trabalho. Para ajudar no dia a dia, nada melhor do que apostar na tecnologia. Diversos sistemas de gestão escolar podem auxiliar na organização e facilitar o trabalho, deixando os funcionários mais livres para atendimentos. E, por falar em atendimento, eles também têm espaço nos softwares. Pais podem acessar informações como faltas, notas e horários através da plataforma, sem necessidade de ir até a escola. Pedidos referentes à documentação também podem ser feitos online. Todo mundo sai ganhando.

Conserve a organização da secretaria escolar

Organizar parte de uma cultura. Ao invés de perder tempo tendo que arrumar o setor toda hora, ajude a equipe a manter a organização. Algumas regras valem ouro nessa hora: se tirou do lugar, coloque onde estava; alguém pediu emprestado; cobre a devolução; se o papel não serve mais, descarte.

Um bebê está irritado, chorando muito, e as professoras não sabem o que o incomoda. Ao levá-lo até a creche, a mãe não contou que, na noite anterior, ele dormiu mal e teve sono irregular. Sem saber o motivo pelo qual a criança está incomodada, o dia será difícil tanto para ela quanto para os educadores. Situações como essa são comuns em instituições em que não há uma cultura sólida de comunicação com os pais.

Na fase em que os pequenos não falam nem se expressam plenamente, o contato diário com as famílias é fundamental. “Qualquer alteração na rotina deve ser relatada”, explica Beatriz Telles, coordenadora do Núcleo de Educação Infantil da Comunidade Educativa Cedac, em São Paulo. Sono, alimentação, problemas de saúde e até o funcionamento do intestino e da bexiga são algumas questões que merecem atenção (*leia os quadros desta reportagem*).

De acordo com a pesquisa A Gestão da Educação Infantil no Brasil, realizada em 2011 pela Fundação Victor Civita (FVC) em parceria com a Fundação Carlos Chagas (FCC), ambas em São Paulo, 83% dos gestores já discutem como se comunicar eficientemente

com as famílias nos encontros de formação continuada realizados com a equipe docente. Mesmo assim, é comum o equívoco de deixar a responsabilidade da relação com os pais exclusivamente com os professores. Diretor e coordenador pedagógico também podem conversar diretamente com a família quando há mudanças recorrentes no comportamento, conflitos ou situações delicadas. “Não se trata de tirar a autoridade do professor, mas de ajudá-lo a entender o momento pelo qual a criança está passando e a buscar soluções”, afirma Erisevelton Silva Lima, professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e formador na Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Distrito Federal (Eape).

Nesse processo, a equipe gestora tem três funções básicas: orientar os docentes sobre como transmitir e solicitar as informações, definir e formalizar os processos de comunicação e promover ações que reforcem os laços com as famílias. Para Clélia Cortez, formadora no Instituto Avisa Lá, em São Paulo, é preciso zelar para que os valores da escola sejam preservados na abordagem com os familiares, pois algumas questões podem ser difíceis de lidar. Para isso, é preciso reforçar, durante a formação em serviço, a importância de ouvir os pais sem rotular nem culpar as crianças. “Importante é esclarecer que a troca de informações visa o planejamento de intervenções que levarão ao bem-estar e ao desenvolvimento da identidade e da autonomia”, explica Clélia.

O que a família deve comunicar à escola

Frequência no sono Oriente os pais a informar, na hora da entrada ou por meio da agenda, se a criança dormiu menos horas ou fora do horário de costume e a qualidade do sono - tranquilo? Agitado? Uma noite bem ou maldormida ajuda no desenvolvimento cognitivo e influencia no humor dos pequenos durante o dia.

Ao saber desse tipo de detalhe, a escola tem elementos para analisar eventuais mudanças no comportamento e adequar a rotina à necessidade da criança.

Questões familiares Na primeira reunião de pais, peça que acontecimentos de grande impacto - como a morte de parentes próximos ou separação conjugal - sejam comunicados o mais rápido possível à equipe gestora, de preferência em um encontro pessoal com a presença também do professor. Em um ou outro caso, os pequenos podem demonstrar irritabilidade, agressividade ou falta de atenção.

Problemas de saúde Questões pontuais - gripe, mal-estar - devem ser comunicadas pessoalmente ao professor no horário de entrada. Os medicamentos não podem ser ministrados na escola sem prescrição médica e autorização dos responsáveis. Porém, o mais importante é pedir aos pais que preencham, no ato de matrícula, uma ficha com dados sobre a saúde do filho, indicando se há uso regular de algum medicamento, alergias etc. Isso permitirá prever alternativas para as crianças que tenham sensibilidade a algum material - uma atividade que use bexiga de látex pode ganhar um substituto de plástico, por exemplo.

Necessidades educacionais especiais (NEE) Os pais deverão preencher um formulário específico e anexar a ele um laudo médico. É com base nesse documento que serão planejadas as adaptações pelo professor regular com a ajuda do profissional do Aten-

VI - planos de carreira docente. (Redação dada pela Lei nº 13.490, de 2017)

§2º As doações, inclusive monetárias, podem ser dirigidas a setores ou projetos específicos, conforme acordo entre doadores e universidades. (Incluído pela Lei nº 13.490, de 2017)

§3º No caso das universidades públicas, os recursos das doações devem ser dirigidos ao caixa único da instituição, com destinação garantida às unidades a serem beneficiadas. (Incluído pela Lei nº 13.490, de 2017)

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. (Regulamento) (Regulamento)

§1º No exercício de sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. (Regulamento)

CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

10. FGV - 2019 - Prefeitura de Angra dos Reis - RJ - Inspetor de Alunos

Assinale a opção que apresenta corretamente um aspecto dos currículos do Ensino Fundamental e Médio, segundo a LDB.

- (A) O ensino de Artes e de Educação Física são facultativos a todos os alunos desde o Ensino Fundamental.
- (B) A escola pode modificar a Base Nacional Comum Curricular, desde que comprovada sua necessidade.
- (C) O estudo de Língua Inglesa é ofertado a partir do sexto ano, de maneira facultativa, aos alunos com proficiência prévia.
- (D) O estudo de Língua Portuguesa e de Matemática é obrigatório para todos os alunos do Ensino Fundamental e Médio.
- (E) O estudo de história afro-brasileira e indígena é obrigatório nas escolas públicas e facultativo nas escolas particulares.

11. FGV - 2019 - Prefeitura de Angra dos Reis - RJ - Inspetor de Alunos

As afirmativas a seguir exemplificam corretamente iniciativas adotadas para tornar o ambiente escolar um espaço inclusivo, de acordo com as orientações da Lei nº 13.146/2015, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) O aluno surdo precisa ser incluído em uma classe com seus pares, para treinar a linguagem dos sinais.
- (B) O aluno cego precisa de material em Braille, além de marcações no piso para seu percurso.
- (C) O aluno com síndrome de Down necessita de atividades multissensoriais e que ativem a motricidade.
- (D) O aluno hiperativo precisa de atendimento individualizado com regras claras.
- (E) O aluno com paralisia cerebral necessita de recursos pedagógicos adaptados para suas capacidades.

12. FGV - 2019 - Prefeitura de Angra dos Reis - RJ - Inspetor de Alunos

Sobre os direitos da pessoa com deficiência, de acordo com a Lei nº 13.146/2015, analise as afirmativas a seguir.

I. A garantia da não discriminação, o atendimento prioritário e a igualdade de oportunidades entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas.

II. A adoção de medidas para a proteção e segurança das pessoas com deficiência que estiverem em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública.

III. A redução do valor adicional cobrado às pessoas com deficiência pelos serviços públicos de transporte e por serviços de táxi.

É correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III.

13. FGV - 2019 - Prefeitura de Angra dos Reis - RJ - Inspetor de Alunos

Leia o trecho a seguir.

_____ é a lesão em que pode ocorrer rompimento de vasos sanguíneos formando um hematoma; o lugar fica roxo, inchado e dolorido. _____ é uma lesão nos tecidos moles (ou ligamentos) de uma articulação. _____ é a lesão em que ocorre a quebra de um osso, podendo ser fechada ou exposta.

Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do trecho acima.

- (A) Contusão - entorse - fratura.
- (B) Luxação - cãimbra - escoriação.
- (C) Entorse - luxação - fratura.
- (D) Cãimbra - fratura - contusão.
- (E) Escoriação - contusão - entorse.

14. FGV - 2019 - Prefeitura de Angra dos Reis - RJ - Inspetor de Alunos

Com base no Art. 67 da Lei nº 8.069/90, as opções a seguir caracterizam restrições legais ao exercício de atividade laboral por parte de adolescente empregado, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Ele está impedido de realizar trabalho noturno, entre as 22 horas de um dia e as 05 horas do dia seguinte.
- (B) Ele não deve ter remuneração, pois a atividade laboral deve visar à dimensão pedagógica e não ao aspecto lucrativo.
- (C) Ele está proibido de exercer trabalho perigoso, insalubre ou penoso, com risco de prejuízo à sua saúde.
- (D) Ele está impedido de prestar trabalho em horários e locais que não lhe permitam frequentar a escola.
- (E) Ele não pode trabalhar em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.

15. FGV - 2022 - SEAD-AP - Professor de Educação Básica - Ensino Religioso

Nos termos da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, é correto afirmar que

- (A) os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos individuais civis e políticos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. Já os direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, por não se tratarem de direitos individuais, mas sim de direitos coletivos, transindividuais ou difusos, embora seja relevante a sua proteção, não se incluem na disciplina dos Direitos Humanos.
- (B) aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes, exclusivamente, pelos coordenadores e orientadores pedagógicos das instituições de ensino.
- (C) a valorização das diferenças e das diversidades se contrapõe ao princípio de igualdade, já que a Educação em Direitos Humanos possui, como um de seus objetivos, justamente, a redução de toda e qualquer desigualdade.